



**CÂMARA MUNICIPAL  
DO RIO GRANDE**

O BERCÓ DO PARLAMENTO CAUCHO

## PEDIDO DE

**RECONSIDERAÇÃO - PLV Nº 371/2019**  
**PROTOCOLADO SOB O Nº 1782 /2024**  
**EM 19/08 /2024**

Com base no § 5º, do artigo 42, do Regimento Interno, apresento pedido de reconsideração do parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) sobre o Projeto de Lei nº 317/2019, que “cria reserva de vagas às pessoas com deficiência nos concursos públicos para provimento de cargos na Câmara Municipal do Rio Grande”, de autoria da mesa diretora.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) decidiu pela inadmissibilidade do projeto. O parecer opinativo da Consultoria Jurídica desta casa se filiou ao entendimento de que o projeto estava em desacordo com a Cláusula 3º do Termo de Ajuste de Conduta.

Assim, cabe trazer que a única questão que permeia a inadmissibilidade do PL foi em razão da utilização do termo “pessoas com deficiência”, sob o argumento de a utilização deste estar em desacordo com a Cláusula 3ª do Termo de Ajuste de Conduta, que utiliza “pessoas com necessidades especiais”, vejamos:

*“CLÁUSULA TERCEIRA: A CÂMARA DOS VEREADORES assume a obrigação de fazer consistente dispor por lei própria a previsão de reserva de 10% (dez por cento) das vagas aos portadores deficientes nos concursos públicos realizados para prover cargos efetivos do poder legislativo municipal, em consonância com a previsão legislativa municipal acerca do tema.*

Contudo, o termo utilizado no TAC supramencionado está em desacordo, uma vez que “Pessoas com Deficiência foi definido pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito das Pessoas com Deficiência, sendo aprovado em 13 de



**PEDIDO DE**

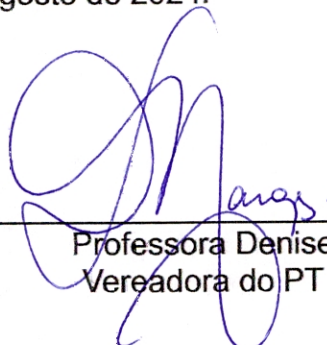
**RECONSIDERAÇÃO - PLV Nº 371/2019**  
**PROTOCOLADO SOB O Nº \_\_\_\_\_/2024**  
**EM \_\_\_\_\_/2024**

dezembro de 2006 pela Assembleia Geral da Onu, sendo ratificado no Brasil, com equivalência de emenda constitucional, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e promulgado pelo Decreto 6.949/2009.

Pessoa Portadora de Deficiência (PPD) ou Portador de Necessidades Especiais (PNE) são termos incorretos e devem ser evitados, uma vez que não traduzem a realidade de quem possui deficiência. A deficiência não se porta, ela é uma condição existencial da pessoa.

Assim, uma vez que apresentado substitutivo ao PLV nº 371/2019, este livre de qualquer vício de forma, assegurando a competência do Município e da Câmara Municipal do Rio Grande, bem que como não há qualquer violação à Lei Orgânica do Município, às normas regimentais, ou à Constituição Federal, sendo tão somente uma questão de ajuste na substituição de um termo equivocado e em desuso, requer seja reconsiderado o parecer desta nobre Comissão para que seja reconhecida a constitucionalidade do projeto, submetendo o mesmo à discussão e votação, conforme determina o art. 43 do Regimento Interno desta casa.

Rio Grande, 19 de agosto de 2024.



Professora Denise  
Vereadora do PT